ESTADO E HEGEMONIA: NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Gabriel Pereira Paes Neto - PPGED/UFGA/ gabrieledfisica@hotmail.com

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, na qual se optou pelo materialismo histórico dialético para tratar das categorias Estado e hegemonia na análise das ingerências neoliberais nas políticas educacionais no Brasil. O objetivo geral deste trabalho de pesquisa foi analisar as políticas educacionais no Brasil tuteladas pelo neoliberalismo a partir da relação entre Estado e hegemonia, considerando o contexto da política nacional e os elementos históricos do Estado brasileiro. Analisamos que ocorreu o processo de conformação das políticas educacionais brasileiras ao processo de liberalismo e privatização em meio às reformas neoliberais. Entretanto, primeiramente, a principal tarefa da esquerda é lutar por um modelo de Estado que coloque o interesse público como principal norte de sua ação, sendo necessária uma democracia radical, como um processo, como socialização crescente da política no rumo da socialização do poder, como uma conquista efetiva de igualdade substantiva. O socialismo é um caminho e é o movimento real para a superação das contradições do capitalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Neoliberalismo. Hegemonia. Educação. Gramsci.

INTRODUÇÃO

Trata-se de pesquisa bibliográfica, na qual se optou pelo materialismo histórico dialético (MHD) como a lente que pode orientar o olhar para o objeto desta pesquisa, tratando das categorias Estado e hegemonia para a análise das ingerências neoliberais nas políticas educacionais no Brasil.

A razão no movimento de abstração deve ir além dos fatos para que ocorra a identificação dos processos que as implicam o objeto. Assim, o processo de pesquisa ocorreu através de pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em materiais já elaborados, constituídos principalmente de livros, artigos científicos. Segundo Netto (2011), sabendo que a realidade é complexa por ser a síntese de muitas determinações, é presente a intencionalidade de analisar as categorias inerentes à pesquisa para buscar a sua gênese, a estrutura, o desenvolvimento e as contradições. No que se refere à pesquisa

bibliográfica, de acordo com Gil (2002), trata-se da recorrente leitura, abstração, análises sistemáticas, fichamentos, sínteses sobre a literatura já publicada sobre o objeto de estudo.

O objetivo geral deste trabalho de pesquisa foi analisar as políticas educacionais no Brasil tuteladas pelo neoliberalismo a partir da relação entre Estado e hegemonia, considerando o contexto da política nacional e local e os elementos históricos do Estado brasileiro. Tendo como problema de pesquisa: como tem se dado as políticas educacionais no Brasil tuteladas pelo neoliberalismo a partir da relação entre Estado e hegemonia?

ESTADO, HEGEMONIA E POLÍTICAS SOCIAIS

A gênese da sociedade humana está relacionada ao fenômeno do nascimento do trabalho, enquanto atividade que transforma a natureza em produto humano para garantir a satisfação das necessidades básicas da vida. Todavia, por outro lado, há a satisfação de necessidades secundárias. Ao considerar que o Estado é produto das sociedades, Engels (1984) versa que este não seria dimensão ontológica prioritária na compreensão da gênese das sociedades, pois os três elementos que produzem primeiramente a sociedade são: natureza, homem e trabalho. Portanto, o Estado faz parte e se constitui como uma necessidade secundária. Em determinado momento da história ocorreu a criação de um campo onde as disputas pudessem ser “pacíficas”, ou seja, criou-se esta estrutura ou instituição denominada Estado.

Todavia, segundo Engels (1984), o Estado surge com o papel legitimador de poder, através da necessidade de uma força social ampla (acima do social). Fez-se necessário um poder que estivesse, aparentemente, por cima da sociedade, pelo qual as classes devem lutar em uma arena nos limites da ordem.

Já Gramsci (2012) amplia o conceito de Estado, sem deixar de compreender que, para os liberais, o Estado e a sociedade civil seriam uma organização administrativa, jurídica e militar do aparelho governamental em prol da burguesia. Esta organização seria o Estado “guarda noturno”, logrado para ser o fiador da paz, da segurança e da ordem burguesa. Segundo o autor, hegemonicamente a burguesia educa o povo afirmando que a sociedade civil seria a esfera da liberdade, políticas, econômicas, culturais, educacionais, sociais, etc. Trata-se de uma operação mistificadora, pois o que há é um Estado que garante a hegemonia burguesa.

Para Gramsci (2012), não há uma “distinção orgânica” entre Estado e sociedade civil, pois a distinção entre estrutura e superestrutura é apenas metodológica, não orgânica. Reafirma-se que o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à sociedade econômica. O Estado seria um instrumento para garantir as condições da produção, mas também seria aparelho ideológico. A economia seria a estrutura, já a sociedade civil e o Estado fariam parte da superestrutura.

De acordo com Carlos Nelson Coutinho (2003), a política é o núcleo central de sua teoria e isso fornece sentido à articulação de todas as suas investigações, sendo o conceito mais concreto de sua teoria o de Estado ampliado (sociedade política + sociedade civil, coerção + consenso, ditadura + hegemonia, etc.). assim, há relações intrínsecas entre política e economia, em outras palavras, superestrutura e estrutura, onde a economia determina a política e estas formam um bloco histórico.

Nesse contexto, o Estado surge como instrumento de uma classe, mas se torna alvo de disputa entre classes pela hegemonia. A análise da hegemonia se dá junto à análise crítica da política e da cultura, ou seja, a hegemonia também é uma relação educacional, pedagógica. Inserida nessa questão, a ampliação do conceito de Estado lhe acompanha enquanto debate sobre o Estado ampliado. A partir dessa ótica, percebe-se que o neoliberalismo se apresenta como novo equilíbrio entre os Estados, mas a burguesia mantém seu status com forte tendência hegemônica educacional, assim como a submissão da autonomia nacional ao poder global e à descaracterização da política.

O Brasil começou a passar pelas incidências do neoliberalismo na década de 1990. A liberalização dos serviços, a desregulamentação do aparato legal que protegia os trabalhadores, enxugamento do Estado, criação de políticas sociais para amenizar a situação de caos social, etc. foram elementos que passaram a ocorrer na gestão das políticas públicas no Brasil.

Sobre o neoliberalismo, de acordo com Edmundo Dias (2006), é preciso considerar que a crise atual do capitalismo é multifacetada em sua natureza, ou seja, é econômico-financeira, tecnológica, político-ideológica e é do Estado. Todavia, o sistema econômico e político, denominado de liberalismo, o qual se constitui como corrente representativa da ascensão da burguesia como nova classe social e de sua consolidação como classe dominante

(que teve como um dos principais representantes John Locke) voltou à tona, mas, desta vez como neoliberalismo.

Para se perpetuar como classe hegemônica, a burguesia estruturou uma complexa organização de reprodução social capitalista e a democracia liberal foi falseada pela burguesia. Na década de 1980, na Inglaterra, com Margareth Thatcher e no EUA com Ronald Reagan, tiveram início reformas políticas, posteriormente adotadas em diversos países. Se adotou estratégias de manipulação ideológica e mistificou os direitos na perspectiva das liberdades individuais. Estas ações passaram a identificar o liberalismo com a garantia de liberdade, além de associá-lo à democracia, constituindo o que Netto (2007, p.74) denominou de “falsificação histórica”. Nesse contexto, a liberdade é a liberdade do mercado, da exploração da força de trabalho e o direito é, na maioria das vezes, apenas formal.

A fase neoliberal, de acordo com Netto (2007), caracteriza-se como uma crise global que marcou as últimas quatro décadas. Nos planos “social e político-institucional”, o neoliberalismo colocou em cheque os direitos sociais e refez as funções reguladoras do Estado. Isto mostra uma crise plena, bem como apresenta toda sua dramaticidade e regressão social.

Já de acordo com Coutinho (2008, p.99), o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado etc., passou a significar cortes, restrições, supressão destes direitos e deste controle. Portanto, está-se diante de uma operação de mistificação. Ainda de acordo com Coutinho (2008), o neoliberalismo se apresenta como contra-reforma. Os trabalhadores têm sido obrigados a recuar em suas expressões sindicais e político-partidárias, perdendo a correlação de forças com o capital. A luta de classes continua a existir, porém tem sido travada pela conquista de direitos já galgados no passado.

No plano econômico, o neoliberalismo potencializou o princípio da liberdade de mercado. Netto (2007) analisa que o mercado se fundamenta teoricamente hoje na tese de Friedman, da indivisibilidade do mercado, da liberdade econômica que só seria possível em um mercado livre. Assim, na perspectiva neoliberal, o Estado tem o papel de ficar no resguardo e proteção do mercado. Os neoliberais admitem mecanismos estatais que minimamente socializem a renda, advogam a despolitização das relações sociais, rechaçam a

regulação política do mercado, constituindo o que Netto (2007, p. 81) define como “Estado máximo para o capital”.

Segundo Melo (2005), esse processo de aceitação é pautado em reformas ditas para o crescimento, dirigidas principalmente pelo FMI e BM. Tal processo visa a desregulamentação, a privatização e a reforma do Estado. Paradoxalmente, assiste-se a diversos fatos degradantes resultantes do capitalismo, da exploração do trabalho alheio, das desigualdades sociais e de todos os mecanismos do metabolismo do capital. Para Oliveira (2006), foi instaurada uma sociabilidade marcada pelo individualismo latente, fruto da profunda desigualdade.

Ainda de acordo com Oliveira (2006), esse quadro tem sido implantado no Brasil e tem consequências devastadoras para a política. A possibilidade da formação de consensos foi destruída, criou-se o discurso de que o Estado é um mau gerente, para se justificar privatizações, viu-se a volta ao assistencialismo, o aumento do associativismo civil e o estabelecimento de um novo pacto social. Esvaziou-se a sociedade civil e o conflito e restaurou-se um discurso sobre a comunidade, mas a sociedade civil ficou restrita aos arranjos locais e localizados, vítima do mercado.

O processo de contrarreforma prejudica e expressa a ação e a disputa no campo da sociedade civil, pois tende à um lado, à uma classe, ou seja, à burguesia. De acordo com Oliveira (2006), ao negar a mediação política, retira-se estrategicamente esta como nacionalidade. O autor completa a análise de que o neoliberalismo corresponde à fase de liquidação da política como nacionalidade, mas que já se estaria para além dessa fase de exploração. Todavia, adequar o país a essa nova realidade requer “reformas” e estas são feitas à medida que o capital ordena.

As reformas econômicas neoliberais não se deram isoladamente, mas foram acompanhadas pelas reformas das políticas sociais. No que se referem às políticas sociais, de acordo com Saviani (2008), estas se constituem como um meio de oferta de serviços públicos em diversas áreas e segmentos da vida humana, ou seja, a educação, esporte, saúde, etc. Cabe ao Estado atuar na oferta e administração das políticas sociais, considerando que a sociedade humana é atravessada pela luta de classes. Contudo, a classe burguesa exerce sua hegemonia, também, através da educação.

Ao se analisar a relação desse contexto com as políticas sociais de educação, passa-se a comungar da mesma opinião de Saviani (2008, p. 224), quando este afirma que a economia

capitalista e o seu modo de produção são antissocial, pois “subordina a produção social de riquezas aos interesses particulares da classe que detém a propriedade privada dos meios de produção”. No próximo tópico continuaremos tal análise, aproximando do caso brasileiro.

BRASIL, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Sobre as ingerências do capitalismo nas política brasileira, Saviani (2008) explica que a partir de 1964 ocorreram diversas reformas políticas e estratégias. Nesse sentido, a política social, inclusive a educação, se inscreve no quadro da ação preventiva destinada a garantir a segurança interna. Entretanto, tal conjuntura foi ganhando novos contornos a partir da construção de uma agenda de políticas educacionais para a América Latina e Caribe, centrada no programa de Educação para Todos e que viria acarretar a uniformização das políticas educacionais.

Todavia, no final da década de 1980, o Brasil passou por um momento decisivo do ponto de vista político e social. Estava-se voltando a viver em uma sociedade democrática e altamente complexa. Um dos marcos deste momento de transição foi a aprovação da constituição de 1988 e, posteriormente, no campo da educação foi da Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB. Estes marcos históricos sofreram forte influência do contexto internacional. Portanto, no que se refere à educação, sobre isso, Saviani (2008) afirma que as políticas sociais continuaram a ser secundarizadas em prol da política econômica neoliberal.

No decorrer da década de 1990 as políticas sociais aprofundaram o caráter de manutenção social, pois se efetivaram políticas no sentido de estabilizar tensões sociais e focalizar ações. Essas políticas sinalizavam o comprometimento do Brasil com as ações dos organismos multilaterais e ajudaram a aprofundar as mazelas sociais. Nesse contexto neoliberal, os direitos políticos passaram a limitar-se, cada vez mais, ao caráter meramente formal.

À educação foi imposto um caráter de aprender a aprender. Segundo Saviani e Duarte (2012), as pedagogias do aprender a aprender são pertinentes ao contexto dos interesses burgueses. Ainda segundo Saviani (2007), ocorreu entre os anos de 1991 e 2001 a transição do fordismo para o toyotismo. Com isso, ocorreu a transição das ideias pedagógicas, desta vez, caracterizadas pelo autor como neoprodutivismo que veio a resultar em uma pedagogia

da exclusão. Ao recuperar o neoescolanovismo recupera-se a bandeira do “aprender a aprender” e o “neonstrutivismo”. O Estado passou a imprimir

uma forma de organização às escolas baseada na busca de resultados. Essa educação garantiria a “exclusão includente” e “inclusão excludente”, pois os mecanismos de inclusão de mais estudantes no sistema escolar permitem a melhoria das estatísticas educacionais, mas a formação em si continua excludente.

Outra faceta do capitalismo neoliberal é expressa na privatização da educação no Brasil. De acordo com Coutinho (2003), em relação às políticas sociais, inclusive as educacionais, a recomendação neoliberal seria a de que tais políticas não deveriam ser promovidas pelo Estado, pois o aumento de gastos com estas levaria a uma nova crise fiscal. Nessa lógica, o Estado abriria mão do seu dever de regular e financiar a educação, tornando-a uma mercadoria a ser apropriada na esfera privada.

Nesse sentido, para Saviani (2008), há a separação entre política econômica e política social e, ainda, a subordinação da segunda pela primeira. Isso resulta em parcelas inferiores de recursos destinadas ao setor social, tal como a educação. Tal quadro se agrava com a “adoção da privatização como forma de execução das diferentes modalidades de política social” (p.227). Entretanto, pode-se dizer que a luta de classes esteve presente neste processo e, no que se refere à educação, não foi diferente, sobretudo em relação à LDB.

Para Melo (2005, p.5), ocorreu o “processo de conformação das políticas educacionais brasileiras ao processo de mundialização da educação” (p.5), que perpassava por conflitos entre o MEC (Ministério da Educação) e a sociedade civil organizada, via Fórum em Defesa da Escola Pública e via LDB. Trata-se de conflito entre o projeto neoliberal de sociedade e de educação e o projeto democrático de massas, sendo que este segundo teria sido em defesa da educação pública de qualidade para todos. Contudo, a autora conclui que a uniformização proporcionada pelas reformas educacionais conduzidas pelo FMI e pelo BM, “provocaram um desmonte dos sistemas educacionais locais, restringindo e redirecionando as nossas políticas educacionais para a educação fundamental pública regular” (MELO, 2005, p.5).

Em síntese, de acordo com Brzezinski (2010), a nova LDB foi um dos principais marcos legais que influenciaram nas políticas educacionais no processo de reforma da educação brasileira. Mas, ela passou por um longo processo de disputa, cuja primeira sistematização foi feita por forças progressistas presentes na educação brasileira, com o

intuito de que na nova constituição (1988) fosse garantida a legitimidade e qualidade da educação pública aos trabalhadores. Porém, foi a proposta mediadora de Darcy Ribeiro a aprovada em 1996.

Sobre o FMI e o BM, de acordo com Lima (2007), as políticas destes organismos são elaboradas a partir do binômio pobreza-segurança, pois reafirmam a promessa inclusiva da educação, sendo que por outro lado a educação está submetida às exigências da lucratividade do capital. No Consenso de Washington foram traçadas as políticas a serem adotadas pelos países, as reformas macroeconômicas, a racionalização e controle dos gastos públicos, a liberalização financeira, o incentivo a indústrias, o estímulo à iniciativa privada, etc. Para a autora, tratou-se de uma reunião articulada pelo Instituto de Economia Internacional, onde e quando se reuniram políticos, banqueiros, empresários, e intelectuais, com a intenção de aprovar um programa de estabilização e reforma econômica.

Ainda sobre as ingerências do Banco Mundial, Haddad *et al* (2008) mencionam que a educação sob esta ótica é assumida em uma perspectiva economicista, pois visa à restrição dos gastos públicos e à geração de superávit primário por parte dos países endividados, o que tem como consequência a focalização das políticas e o incentivo à lógica do mercado. De acordo com Haddad *et al* (2008), o Banco Mundial como um dos grandes patrocinadores das reformas educacionais tem contribuído para a mercantilização da educação ao considerar a lógica de mercado como elemento de eficiência dos sistemas de ensino, o que fragilizaria a educação como direito.

Haddad *et al* (2008) versam que o BM, em suas recomendações para as reformas educativas, propõe a descentralização da administração dos recursos educacionais, o que diminui o controle do governo, contribui para o financiamento de sistemas de avaliação, incentiva a municipalização do ensino fundamental, dá ênfase à gestão, abre espaço para a privatização do ensino, por meio de muitas estratégias para garantir sua forte influência na definição das políticas educacionais brasileiras.

Segundo Coutinho (2008), todo este processo tem se dado no Brasil. O capital e seus representantes propõem o fim do intervencionismo estatal, a transferência para o mercado da regulação da economia e a desconstrução do velho corporativismo, por novos pactos corporativistas. Diante do contexto, é necessário a esquerda “juntar os cacos” e se reorganizar para continuar a travar a luta no âmbito democrático. Então, primeiramente, a principal tarefa

da esquerda é lutar por um modelo de Estado que coloque o interesse público como principal norte de sua ação.

É importante pontuar, de acordo com Coutinho (2003) que a hegemonia do neoliberalismo é instável, há possibilidades contra hegemônicas. O neoliberalismo não conviverá com uma democracia radical, como um processo, como socialização crescente da política no rumo da socialização do poder, como uma conquista efetiva de igualdade substantiva. É necessário entender a democracia como um processo, de acordo com Coutinho (2003), ou seja, como democratização, pois o que tem valor universal é esse processo de democratização que se expressa, essencialmente, numa crescente socialização da participação política. No entanto, esse processo de crescente democratização, de socialização da política, choca-se com a apropriação privada dos mecanismos de poder, assim como é incompatível com o modelo político, econômico e social neoliberal que está sendo implantado no país.

Todavia, errôneo é considerar que as liberdades políticas e a chamada democracia são próprias do capitalismo. As objetivações que formam a democracia moderna surgem como respostas dadas ao embate dos trabalhadores por socialização da participação política, ou seja, pela luta dos trabalhadores. Portanto, é importante afirmar a relevância das instituições democráticas para a luta organizada dos trabalhadores. Conforme versa Coutinho (2003, p.24), na fase de transição para o socialismo e no próprio socialismo, devem continuar a ocorrer situações em que só a democracia política poderá resolver.

Segundo Coutinho (2008), é necessário suprimir as relações de produção capitalistas, o que permitirá que as forças produtivas se desenvolvam no sentido da emancipação humana e, ainda, é necessário suprimir a dominação burguesa sobre o Estado, o que permitirá que esses institutos políticos democráticos possam alcançar o pleno desenvolvimento. Contudo, a plena realização democrática continua, contudo, a encontrar obstáculos colocados pelo capitalismo, tais quais: crescente burocratização dos aparelhos de Estado, corporativização dos sujeitos coletivos, etc.

De acordo com Coutinho (2008), a plena realização socialista do homem requer a supressão da apropriação privada dos meios de produção e da democracia burguesa. Requer, também, a eliminação da apropriação privatista, o autogoverno dos produtores associados e a superação da alienação econômica. Essa realização implica o fim da alienação política, o que se torna realidade diante da reabsorção dos aparelhos estatais pela sociedade. Esta seria a tese

Marxiana do “fim do Estado”. A socialização da política manifestou-se precisamente através da criação de “associações particulares” (partidos, sindicatos, movimentos sociais).

Segundo Coutinho (2008b), o aspecto restaurador não anula o fato de que ocorrem também modificações efetivas. Então, poder-se-ia dizer que na revolução passiva as classes dominantes reagem às pressões que vêm das classes subalternas, embora a finalidade da classe dominante seja a manutenção da ordem. A revolução passiva implica em reivindicações vindas de baixo, introduzem-se modificações que abrem o caminho para novas modificações e revoluções.

Coutinho (2008b) menciona que Gramsci chamou a atenção para o fato de que na revolução passiva pode ocorrer a prática do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico. Contudo, nesse bojo pode ocorrer um processo que, através da cooptação das lideranças políticas e culturais das classes subalternas, busca excluí-las de todo efetivo protagonismo nos processos de transformação social. O autor menciona que, a partir dessa constatação, pode-se compreender os mecanismos das atuais ações de socialdemocratas e ex-comunistas “no apoio a muitos governos contra reformistas em países europeus, mas também fenômenos como os governos “Cardoso” (Fernando Henrique Cardoso) e “Lula” (Luís Inácio Lula da Silva) num país da periferia capitalista como o Brasil”.

Todavia, para Gramsci (2011), o processo histórico se desenvolve como dialética de revolução e restauração. As revoluções são acompanhadas e sucedidas por processos de restauração, sendo que esta dialética depende da consciência histórica das classes antagônicas. Gramsci reafirma dois princípios Marxianos presentes no prefácio à contribuição à crítica da economia política: “nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontrarem lugar para um novo movimento progressista” e “a sociedade não põe tarefas para cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias, etc.” para caracterizar o conceito de “revolução passiva”, Gramsci (2011, p. 315 e 316).

Ainda Gramsci (2011), mencionando o livro miséria da filosofia, afirma que os sujeitos devem procurar lançar na luta todos os seus recursos políticos e morais. Assim, para o autor, as possibilidades de luta vão se desenvolvendo. Portanto, não se trata de retomar apenas a lógica da luta de classes, pois é necessário entender a importância da luta na base material do campo cultural, superar as concepções abstratas e “transmitir mensagens críticas e

antagônicas ao capitalismo”, o que pressupõe a ampliação na concepção de sujeito da revolução, ou seja, os seres humanos, enquanto tal.

Gramsci (2011, p. 321 e 322) conclui que os membros de cada classe lutam e são integralmente eles mesmos ao se lançarem na luta, sendo que a revolução passiva, num movimento de revolução restauração, é uma guerra em consequência dos antagonismos de classe, mas que não demanda exclusivamente de uma guerra manobrada, mas pode se desenvolver também como guerra de posição:

Esta é uma exemplificação do problema teórico de como devia ser compreendida a dialética, apresentado na Miséria da Filosofia: [...] cada membro da oposição dialética deve procurar ser integralmente ele mesmo e lançar na luta todos os seus “recursos” políticos e morais, e que só assim se consegue uma superação real. Dir-se-á que não compreenderam isso [...] os teóricos da revolução passiva e da “revolução-restauração”, mas a questão se modifica: neles, a “incompreensão” teórica era a expressão prática das necessidades da “tese” de se desenvolver integralmente, até o ponto de conseguir incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar “superar”, isto é, na oposição dialética somente a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, até capturar os supostos representantes da antítese: exatamente nisso consiste a revolução passiva ou revolução-restauração. Neste ponto, deve-se por certo considerar a questão da passagem da luta política de “guerra manobrada” para “guerra de posição”, o que, na Europa, ocorreu depois de 1848 [...]; a mesma passagem verificou-se depois de 1871 etc. [...] E não se deve dizer que, para obter estes resultados históricos, fosse peremptoriamente necessária a insurreição popular armada [...] A intervenção popular, que não foi possível na forma concentrada e simultânea da insurreição, não se verificou nem mesmo na forma “difusa” e capilar da pressão indireta, o que, no entanto, era possível e talvez tivesse sido a premissa indispensável da primeira forma. (GRAMSCI. p. 321 e 322).

Diante do exposto, compreende-se a importância da educação escolar para a formação integral dos sujeitos de classe, intelectuais orgânicos, trabalhadores, professores, operários, alunos, médicos, enfermeiros, carpinteiros, etc., ampliando as possibilidades para a hegemonia dos trabalhadores. De acordo com Saviani e Duarte (2012), na sociedade comunista, ser professor não será um meio de vida, pois será a primeira necessidade vital de indivíduos. Assim, a transmissão do conhecimento será uma atividade de desenvolvimento da individualidade para si. Segundo os autores, a revolução faz parte de um processo, que

perpassa pela construção da sociedade socialista e sugere que se pode e se deve começar a lutar nessa direção.

Para Coutinho (2008), não se trata de abandonar o “objetivo final” e nem de abandonar a luta pelo projeto histórico socialista, pois é este que dará a pauta para a hierarquização das reformas, para a definição dos atores e das alianças, além da avaliação constante. Trata-se de um reformismo que tem como objetivo aprofundar a democracia e superar o capitalismo, no qual o processo de socialização da política deve ser acompanhado da socialização econômica. O processo em questão deve ter um projeto econômico estratégico, pois o novo desenvolvimento econômico brasileiro deve distribuir a renda, uma vez que é a única forma de termos um desenvolvimento sadio e sustentável.

Contudo, de acordo com Netto (2007), estar-se-á caminhando à barbárie se o movimento do capital se liberar cada vez mais, como advogam os defensores do neoliberalismo, o qual controla as regulações no jogo da democracia política. Está-se de acordo com o autor quando este afirma que se reverter os rumos da humanidade, é necessário um sistema de controles sociais, de condições políticas. “Um enfrentamento positivo daqueles desafios implica um sistema de regulação social”, o que torna necessária uma racionalidade que se emancipe dos ditames e da lógica do capital e implica em um novo sistema de regulação social.

Para Coutinho (2008), é necessária a reorganização do “ocidente” a partir da agregação de interesses ético-políticos e não puramente econômico-corporativos. Segundo o autor, o socialismo é uma nova e inédita ordem social, na qual surgirá uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é pressuposto para o livre desenvolvimento de todos. O socialismo é um caminho e é o movimento real para a superação das contradições do capitalismo. Assim, trata-se de movimento progressivo em busca da emancipação humana.

Todavia, Saviani (2008, p.229) versa que, em caráter imediato sobre a luta da classe trabalhadora, deve se inscrever na luta por valorização da política social, mas entendendo a necessidade de torná-la desnecessária no futuro, já que esta se move “no interior das contradições próprias da sociedade capitalista”. Nesta perspectiva, de acordo com o autor, “é a questão da superação do capitalismo que está sendo posta”, ou seja, da emancipação humana de fato. Segundo o autor, no que se refere à política social, devem-se ter três objetivos para a luta imediata, considerando que a educação deve participar dessa luta e se integrar como política educacional no seio das políticas sociais.

Pressupõe-se que no Estado tem-se o terreno, o meio e o processo onde a luta pela hegemonia se trava. Para Gramsci (2012), é fundamental uma sociedade civil democrático-radical, onde a política comande, em uma estratégia de poder e hegemonia, na qual a escola pode ter um papel preponderante. Na teoria Gramsciniana, política é sinônimo de catarse (que indica a passagem do momento meramente econômico ao momento ético-político na consciência dos homens). Coutinho (2003) menciona que a fixação do momento catártico é o ponto de partida da filosofia da práxis. Além do que, o processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético. Menciona ainda que o controle consciente e planejado dos produtores associados, com um Estado amplo e ético, absorveria o Estado-coerção, o que pressuporia relações conscientes e consensuais da sociedade civil, isto é, um autogoverno.

Contudo, considerar que a sociedade civil se articula dialeticamente e cria o Estado, tanto como expressão jurídica, como condensação política da luta de classes ou como aparato de governo, é tratar de um conceito amplo e complexo, mas é, também, o mesmo que abordar um projeto político de nova sociedade. No embate hegemônico, é necessário que os subalternos tenham mecanismos para politizar as ações e consciências de forma radical, democrática e participativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas breves considerações finais, ressaltamos que as análises contextuais de relações das categorias com a discussão sobre o neoliberalismo, a sua influência no Estado brasileiro, a partir da concepção gramsciniana, relacionando com análises do contexto das políticas públicas educacionais no Brasil. Analisamos que as políticas educacionais no Brasil estão inseridas no contexto de um Estado burguês que mantém as funções da escola capitalista, que demanda não só a formação de quadros para o mercado de trabalho, mas, sobretudo, a socialização dos valores necessários a manutenção da ordem.

Analisamos que ocorreu o processo de conformação das políticas educacionais brasileiras ao processo de mundialização da educação, a uniformização proporcionada pelas reformas educacionais conduzidas pelo FMI e pelo BM, as quais provocaram um desmonte dos sistemas educacionais locais, portanto, a educação foi submetida às exigências da lucratividade do capital, a partir de uma perspectiva economicista, que visa à restrição dos

gastos públicos, o que tem como consequência a focalização das políticas e o incentivo à lógica do mercado.

Por outro lado, primeiramente, a principal tarefa da esquerda é lutar por um modelo de Estado que coloque o interesse público como principal norte de sua ação. Analisamos que o neoliberalismo não conviverá com uma democracia radical, como um processo, como socialização crescente da política no rumo da socialização do poder, como uma conquista efetiva de igualdade substantiva.

O socialismo é um caminho e é o movimento real para a superação das contradições do capitalismo. Assim, trata-se de movimento progressivo em busca da emancipação humana. Portanto, é fundamental uma sociedade civil democrático-radical, onde a política comande, em uma estratégia de poder e hegemonia, na qual a escola pode ter um papel preponderante.

É necessário ampliar as possibilidades do processo educacional, buscando novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial, é necessário, portanto, criar uma nova camada de intelectuais e chegar às mais altas especializações, onde se relacionaria a luta pela superação da sociedade de classes. Todavia, é necessário ampliar as políticas educacionais, alinhando-a a luta mais ampla de mudança radical da educação no Brasil, da socialização universal do conhecimento, da renda, da terra, enfim, da justiça social.

Contudo, analisa-se a democracia como um processo, como socialização crescente da política no rumo da socialização do poder, atrelada a um processo para suprimir as relações de produção capitalistas, de suprimir a dominação burguesa sobre o Estado. A plena realização socialista do homem requer a supressão da apropriação privada dos meios de produção, requer a eliminação da apropriação privatista do autogoverno dos produtores associados, requer a superação da alienação econômica, essa realização implica também o fim da alienação política e a própria superação da democracia burguesa por uma forma de regulação plena.

REFERÊNCIAS

BRZEZINSKI, Iria. **Tramitação e desdobramentos da ldb/1996: embates entre projetos Antagônicos de sociedade e de educação.** Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 8 n. 2, p. 185-206, jul./out.2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O conceito de política nos Cadernos do cárcere.** In: COUTINHO, C.N.; TEIXEIRA, A.P. **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 67-82 p.

_____. **A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?**
Revista do portal socialismo: <http://www.socialismo.org.br/portal/>, 2008 (b).

_____. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo.** 2
Ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2008 (a).

DIAS, Edmundo Fernandes. **Política Brasileira: embate de projetos hegemônicos.** São Paulo:
Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** 9ª edição.
Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** v. 1. 5 ed. Edição e tradução Carlos Nelson
Coutinho; coedição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro:
Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Cadernos do cárcere.** v. 3. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 5ªed. Rio de
Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

HADDAD, Sérgio. **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais.** São
Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, Kátia. **Organismos Internacionais e a Reforma da Educação Superior nos países
periféricos.** In: **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula.** São Paulo: Xamã,
2007, p.51-76.

MELO, Adriana Almeida de. **A mundialização da educação: neoliberalismo e social-
democracia no Brasil e na Venezuela.** Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 3, n.2,
p. 397-408, 2005.

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal.** v. 20. 4ª ed. Coleção
Questões da Nossa Época. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação
burguesa no Brasil.** In: **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y
experiências nacionales.** CLACSO, Buenos Aires, agosto, 2006.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação: LDB trajetória, limites e perspectivas.**
Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Demerval; DUARTE. Newton. (Orgs). **Pedagogia histórico-crítica e luta de
classes na educação escolar.** (orgs.). Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Campinas:
Autores Associados, 2012.

I JOINGG – JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI
VII JOREGG – JORNADA REGIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI

Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia

Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação

23 a 25 de novembro de 2016 – Fortaleza/CE

Anais da Jornada: ISSN 2526-6950